

PROGRAMA PÓS-POPULARES: A EXTENSÃO COMO PRÁXIS EDUCATIVA NAS PERIFERIAS URBANAS DE BRASÍLIA

POST POPULAR PROGRAM: THE EXTENSION AS EDUCATIONAL PRAXIS IN THE URBAN PERIPHERIES OF BRASÍLIA

Erlando da Silva Reses¹

Walace Roza Pinel²

RESUMO

Procuramos por meio deste artigo discutir o programa de extensão universitária Pós-Populares vinculado à Faculdade de Educação da UnB, cujas origens se dão a partir dos movimentos populares ligados à concepção da educação emancipatória. Sob a perspectiva dialética, temos por objetivo propor um debate acerca da necessária ampliação ao acesso aos programas de Mestrado e Doutorado às populações moradoras das periferias urbanas. Ao observarmos a baixa taxa da população de Brasília que tem formação acadêmica como Mestres ou Doutores, tal situação nos aponta para a necessidade de ações efetivas a fim de melhorar o acesso à Universidade, o qual os conecte ao mundo como pesquisadores protagonistas de novos espaços de fala, trazendo histórias e propostas das populações historicamente alijadas dos espaços de discussão e produção acadêmica.

174

Palavras-chaves: Inclusão; Educação Popular; Pós - Graduação

ABSTRACT

Through this article we seek to discuss the Post-Popular University Extension Program linked to the Faculty of Education of UnB, whose origins come from popular movements linked to the conception of emancipatory education. From the dialectical perspective, we aim to propose a debate about the necessary expansion of access to Masters and Doctorate programs for populations living in urban peripheries. As we observe the low rate of the population of Brasilia has an academic background as Masters or Doctors, this situation points us to the need for effective actions to improve access to the University, which connects them to the world as leading protagonists of new speech spaces, bringing stories and proposals from the historically alienated populations of the spaces for discussion and academic production.

Keywords: Inclusion, Popular Education; PostGraduate

¹Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB. Atualmente é Professor Associado da Faculdade de Educação -FE da Universidade de Brasília - UnB e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE). e-mail: erlandoreses@gmail.com

²Doutorando em Educação pela Universidade de Brasília - UnB. Atualmente é Professor de Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação do DF. e-mail: walaceroza@gmail.com

INTRODUÇÃO

Procuramos, neste artigo, problematizar a experiência na extensão universitária, a partir do Grupo de Pesquisa Consciência (CNPq), vinculado à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) no Programa de Extensão e Ação Contínua (PEAC), intitulado Pós-Populares: Democratização do Acesso à Universidade Pública pelo Chão da Pesquisa. Trata-se de uma *práxis* formativa que dialoga a partir da proposta de aprendizagem dialeticamente indissociada da tríade universitária: ensino-pesquisa-extensão.

A partir dos processos coletivos, resultado das inquietações que permeiam o discurso de profissionais da área de educação e atores envolvidos nos Movimentos Sociais e na Educação Popular, procurou integrar seus participantes ao redor de projetos de pesquisa que dialoguem a partir da transformação social da realidade local, especialmente, com foco nas periferias urbanas das cidades satélites de Brasília e Entorno. Neste sentido se trata de um espaço formativo, baseado no diálogo, tendo por objetivo principal a democratização no acesso e permanência junto à pós-graduação *strictu sensu*, em especial na UnB, para professores, estudantes e agentes da comunidade escolar, como pesquisadores, que por meio da formulação de pré-projetos de pesquisa com perspectiva de intervenção social se vinculam às suas origens. Preliminarmente, sua metodologia de trabalho ocorre sob a perspectiva dialógica, baseado na horizontalidade das discussões, tendo o diálogo como principal instrumento de ação-reflexão-ação, inicialmente por meio da apresentação das intenções ou pré-projetos de pesquisa para discussão em grupo e posterior acompanhamento-tutoria de pesquisadores engajados: mestrandos, mestres, doutorandos, doutores e professores da UnB aos futuros pesquisadores, inicialmente participantes do Programa como voluntários. De modo ao desenvolvimento de seus projetos de pesquisa, de acordo com a área de interesse e as inquietações dos envolvidos. Nestes encontros estimula-se o livre diálogo procurando a perspectiva freireana.

O programa Pós-Populares ganha relevância por acreditar que políticas públicas devem atender especialmente as camadas sociais economicamente menos favorecidas reconhecendo e atuando junto à necessidade de avanços na área social, tendo sua preocupação com a formação acadêmica desta população, sob a perspectiva de epistemologias e valores

vinculados à Educação Popular. Como processo histórico, entendemos que o Pós-populares tem suas raízes em 1985 junto com o chamado Alfabetização, sendo este projeto o embrião da implementação de um *campus* da UnB na cidade satélite da Ceilândia - portanto uma ação pedagógica com reflexos sociais - historicamente esquecida pelas políticas públicas de ingresso e permanência no ensino superior.

Em 1985, o grupo de mestrands formado por Ana Maria Jacobino Nunes, Erasto Fortes Mendonça, Laura Maria Coutinho, Maria Luiza Pereira Angelim e Renato Hilário dos Reis, junto com a Direção eleita do Complexo A de Ceilândia, no Distrito Federal, por decisão dessa comunidade em assembleia na Escola Normal, começa um processo de alfabetização de jovens e adultos, baseado nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire, configurada como Alfabetização. A Alfabetização em Ceilândia constitui-se como uma forma de compreender criticamente o mundo, na qual a aprendizagem se dá pelo princípio da descoberta e pela inserção na realidade. O primeiro círculo de cultura da Ceilândia foi coordenado pela mestrandia Ana Maria Jacobino Nunes e pelo bancário Pedro Rodrigues, sendo criado, também, o Núcleo Paulo Freire de Alfabetização de Jovens e Adultos, uma das iniciativas que justificou o primeiro prédio da UnB Decanato de Extensão, em Ceilândia, em 1987. (RÊSES, 2012, p. 540)

Ainda a partir da historicidade dos processos sociais ampliamos o debate, lembrando o Grupo de Trabalho Pró Alfabetização do Distrito Federal (GTPA). Sob a inspiração de Paulo Freire criado em 1989 em parceria com a Universidade de Brasília, teve como objetivo imprescindível a luta pela Educação Popular e a (re)democratização na Capital Federal. Sendo desenvolvida com a participação intensiva do Prof. Renato Hilário dos Reis e da Prof.^a Maria Luiza Pinho Pereira, ambos professores aposentados e militantes da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), sinalizando uma aproximação entre o espaço acadêmico e as periferias urbanas de Brasília. Apontamos, segundo os registros históricos, que Paulo Freire teve presença marcante no Distrito Federal como Coordenador do Plano Nacional de Alfabetização do governo João Goulart, acompanhando a implantação de *círculos de cultura* nas cidades-satélites do DF. Em sua última conferência no Distrito Federal, em 1996, em homenagem recebida na instalação do I Fórum Regional de Alfabetização de Jovens e Adultos, promovida pelo Governo do Distrito Federal da Frente Brasília Popular e Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia – CEPAFRE, Paulo Freire nos brinda com depoimento acerca de sua experiência como Coordenador do Plano Nacional de Alfabetização. (RESES. 2012).

Retomando à discussão inicial estimula-se na perspectiva emancipatória, o autodidatismo e o autoconhecimento, não sendo a intenção pedagógica fornecer um “cursinho pré-vestibular”, mas uma concepção ampliada de formação para o acesso à Universidade pública, tendo, por princípio, a dimensão educativa/pedagógica/ontológica do processo educativo, que transcende a noção de empregabilidade. A coordenação do projeto acompanha e supervisiona o desenvolvimento das atividades formativas dos estudantes beneficiários. Tal iniciativa dialoga com a proposta de educação popular e fundamenta-se na defesa da educação pública e na democratização do acesso à Universidade, por meio do diálogo emancipatório e horizontal.

Sob a perspectiva da inclusão de futuros professores pesquisadores no espaço universitário, salientamos a experiência pedagógica e metodológica denominada por círculo de cultura o qual fundamenta as ações do Programa em suas práxis, sobre qual nos aprofundaremos na sequência do artigo. Neste ínterim, passamos às necessárias reflexões acerca da importância e luta dos movimentos sociais, especialmente - aqueles ligados à Educação Popular - como forma de resistência e emancipação das pessoas residentes nas periferias urbanas, no caso de Brasília especificamente: Ceilândia, Paranoá e o chamado Entorno sul, ou seja, cidades que apesar de territorialmente estarem em solo goiano, fazem parte da vida econômica, política e cultural do Distrito Federal como: Valparaíso, Novo Gama, Luziânia e Cidade Ocidental.

Após a necessária contextualização histórica relacionando inicialmente as propostas políticas e pedagógicas do programa, passamos neste momento à discussão das relações entre os Movimentos Sociais a Universidade e as periferias no Distrito Federal, enquanto espaço de fomento, simbiose e resistência com suas demandas e propostas de intervenções engajadas socialmente.

1. O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA GARANTIA DE DIREITOS AO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Compreendemos – mediante o contexto da Educação Popular - que o diálogo permanente com as pessoas, grupos, unidades sociais, movimentos das classes populares deve ser estabelecido a partir da chamada horizontalidade dos processos, tomando-os como criadores, autores e atores de formas e sistemas de práticas, saberes, sentidos significados, sensibilidades e sociabilidades diversas. (Brandão, 2012). Desta forma, especialmente em face ao cenário brasileiro contemporâneo, compreendemos que o acesso à Educação Superior – especificamente a inclusão no espaço da pós-graduação *strictu sensu* dos pesquisadores oriundos dos espaços urbanos periféricos, se trata de uma das principais formas de resistência e engajamento no meio acadêmico, promovendo a inclusão qualificada de futuros pesquisadores vinculados às lutas e propostas dos movimentos e grupos desfavorecidos na atual conjuntura política e social.

Passamos por profundas transformações sociais e econômicas, sempre contraditórias, pois, por um lado, aparece de forma cada vez mais ostensiva a função social de formação de profissionais e, por outro, se transforma em objeto da comercialização, com a venda dos serviços por instituições privadas e mercantis, que fazem as instituições, desse nível de ensino, se adequar às demandas do capital financeiro internacional, sob a lógica de uma política privatista e de desmonte do Estado Social (Chaves, 2010).

Concordamos com o pensamento de Pasquino (1996), o qual apresenta o conceito de movimentos sociais no Dicionário de Política, partindo do comportamento coletivo, justificando duas correntes na definição: de um lado, os autores que percebem os Movimentos Sociais nos comportamentos coletivos de uma multidão como uma manifestação da irracionalidade, um rompimento perigoso; de outro, os autores que percebem nos movimentos coletivos um modo peculiar de ação social. Entre as duas definições, o autor retira como elemento comum na análise do Comportamento Coletivo e Movimentos Sociais,

O acento sobre a existência de tensões na sociedade, a identificação de uma mudança, a comprovação da passagem de um estado de integração a outro através de transformações de algum modo induzidas pelo comportamento coletivo. Mas é diversa a importância por eles atribuída aos componentes psicológicos em relação aos sociológicos, aos aspectos microsociais em relação aos macrosociais, e enfim, ao papel dos agentes em relação à dinâmica do sistema. (PASQUINO, 1986, p.787).

Acreditamos que a luta pela inclusão, como objeto de pesquisa de novas narrativas ligadas às demandas em pauta nos espaços educativos formais, informais e não-formais onde há efetivamente o “fazer educativo”, deve necessariamente refletir a busca pelos direitos sociais. Um avanço bastante significativo e que aponta a participação efetiva da sociedade pela luta por seus direitos é, a nosso ver, a mobilização pelo acesso ao ensino superior, que tem permitido a entrada dos denominados “grupos minoritários”, a exemplo do acesso de negros, índios e das populações do campo na Universidade, travado por lutas dos movimentos sociais e associações, que, nesse caso, conseguiram acesso através das políticas de ação afirmativa que estão sendo utilizadas para corrigir as desigualdades de acesso à educação superior no Brasil, entretanto acreditamos que este movimento ainda é tímido no acesso às políticas inclusivas para a formação de pesquisadores, e nesse sentido há necessidade no fortalecimento de propostas que visem à transformação e a re-inclusão de profissionais que atuam nas escolas no espaço de pesquisa e produção de conhecimento universitário.

Diante desta perspectiva, passaremos neste momento à discussão do *lôcus*, onde se dá as atividades pedagógicas do Grupo de Pesquisas Consciência (CNPq) por meio do Pós-Populares, como espaço de (re) afirmação política, calcados na idéia da indissociabilidade entre o tripé ensino-pesquisa-extensão como elementos fundamentais à Universidade pública no Brasil.

2. CONTEXTO DE ACESSO AOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

Aprofundando o debate inicial, o Programa Pós-populares teve o seu embrião na cidade satélite da Ceilândia em 2013, junto ao Centro de Educação Paulo Freire da Ceilândia (CEPAFRE) onde até a data de hoje ocorre mensalmente no prédio da UnB – Ceilândia, situado próximo à região da estação do metro. Mesmo sendo uma área central da região, se trata de uma área “perigosa”, tendo em vista estruturas abandonadas no seu entorno, as mesmas foram tomadas por moradores de rua, sendo considerada uma “cracolândia” da cidade. Uma vez por mês ocorre o encontro, onde baseado na idéia de coletividade, desde a divulgação, até o lanche coletivo, num espaço democrático os professores; pós-graduandos;

graduandos; professores e a comunidade da cidade se reúnem em diálogo circular e horizontal na busca da divulgação, problematização e estímulo nos “projetos de pesquisa” locais buscando naquele espaço de fala a formação inicial como pesquisadores.

Expandindo-se para outras regiões periféricas da capital federal, no extremo oposto da Ceilândia, o Pós-Populares encontra abrigo na cidade satélite do Paranoá, onde por meio do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá e Itapoã (CEDEP) também vinculado à luta da educação popular naquela localidade, no primeiro semestre do ano de 2017, iniciam-se as atividades pedagógicas no espaço comunitário daquela comunidade, assim como junto ao município de Valparaíso no entorno de Brasília estado de Goiás. Em relação à presença e permanência nos espaços educativos do Programa Pós-Populares, trazemos o caso de Luziânia (GO) onde, ocupamos o espaço disponibilizado pelo Instituto Federal de Goiás, naquele município. No ano de 2006, a educação profissional e tecnológica passou por um novo processo de reestruturação, apontando para necessidade neste contexto, de uma reorganização dos cursos superiores de tecnologia, por poucos eixos tecnológicos e mais compactos, diante da organização por áreas profissionais, reforçando a importância da flexibilidade como sendo uma necessidade a ser conseguida a partir da interdisciplinaridade (AZEVEDO, 2013).

Ressalta-se a importância das parcerias com o poder público local, comunidade e movimentos sociais especialmente por meio da disponibilização dos espaços para a realização dos encontros, sendo de grande valia parcerias nesse sentido com Prefeituras (Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás); Institutos Federais (Brasília e Goiás); Sindicatos e Associações de moradores como o Centro de Educação Paulo Freire da Ceilândia (CEPAFRE) e o Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP).

Na perspectiva da pesquisa engajada socialmente, acreditamos que há necessidade de integração entre os diversos atores sociais que compõem o mosaico da educação nas periferias urbanas, sendo comum o diálogo com grupos ligados à cultura popular tais como: grafite; hip hop; dança e movimentos feministas e ligados à cultura negra, especialmente nas regiões do Paranoá e Ceilândia. Acreditamos que nesse espaço formativo devem ser buscados os objetos de pesquisa, a serem posteriormente trabalhados na academia.

Figura 1: Encontro do Pós-Populares na UnB Ceilândia



Fonte: Arquivos do Pós-populares (2018)

Parte considerável dos habitantes das periferias da Capital Federal reside nelas em razão do processo de criação das cidades satélites e do Entorno, de novas áreas urbanas para absorver fluxos migratórios e erradicar invasões no centro de Brasília (Plano Piloto). Mesmo estando próxima à capital federal, o entorno sul vivencia a escassez de acesso ao ensino superior, a cidade satélite de Luziânia, por exemplo, conta apenas com duas instituições públicas e uma instituição privada, que ofertam ensino superior, a Universidade Estadual de Goiás (UEG), o IFG Campus Luziânia e o Centro Universitário de Desenvolvimento do Centro Oeste – UNIDESC. No entanto em nenhuma destas instituições há a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo um caminho natural para aqueles futuros pesquisadores a tentativa de ingresso nos programas de Mestrado e Doutorado especialmente na Universidade de Brasília assim como na Universidade Federal de Goiás (UFG).

Nesse sentido, o percurso até mesmo a cidade-estado de Brasília se constitui como uma realidade de difícil acesso para maioria dos trabalhadores que vivem no Entorno, ainda que muitos se desloquem para capital para fins de trabalho ou de estudo. A insuficiência de

oportunidades de acesso ao ensino superior, na cidade, contribui significativamente para que a população que concluiu o ensino superior não busque uma pós-graduação *stricto sensu*, interrompendo seu processo de formação. Neste cenário o Pós-Popular programa de extensão da Universidade de Brasília se apresenta, procurando “minimizar” a distância que há entre a universidade e a população das periferias da “Capital da Esperança”. Em uma sociedade, em que se vivenciam os princípios hegemônicos do capital com suas assimetrias e distanciamentos propositais entre as classes, em uma cidade planejada de modo a isolar do Plano Piloto a população menos favorecida, o Estado deve ser instigado a participar de forma direta, abrindo espaço para políticas educacionais que atendem não apenas a necessidade do mercado, mas defendemos ser necessária a rede colaborativa, de forma a romper minimamente com a lógica mercadológica do processo educativo.

Vivemos numa sociedade de redes e de movimentos. As redes são “estruturas abertas” onde novos nós se agregam desde que “compartilhem os mesmos códigos”, o que significa: os mesmos princípios, valores, ideais. A lógica colaborativa das redes requer o diálogo, articulação de ações e gestão compartilhada. (CASTELLS, 2000, p. 498)

Assim, reafirmamos que a Educação Popular, presente nas Universidades também por meio dos grupos de pesquisa e extensão, deve estar comprometida e engajada na busca pela realização dos direitos das pessoas, luta esta, que não é fria e imposta, pois se fundamenta e valoriza o saber da comunidade local, incentivando permanentemente o diálogo. Neste sentido, busca a transformação social da realidade local, tendo como ponto de partida a comunidade como matéria-prima para o ensino, buscando e reforçando as parcerias em rede colaborativas, com vistas a cumprir com o seu princípio fundante de ofertar uma educação pública e de qualidade, vista principalmente como ato de conhecimento e transformação social da realidade local, por meio da pesquisa ativa e engajada socialmente.

Nesse contexto, ganham força reflexões acerca das palavras de Paulo Freire quando ressalta a necessidade de unir crescimento econômico e elevação da escolarização de um povo (FREIRE, 1987). Dessa maneira, para tratar do assunto “democratização do ensino superior”, em sua amplitude devemos pontuar aspectos sociais referentes à formação de um povo, principalmente em categorias fundamentais como etnia, raça, gênero e territorialidade.

Compreendemos que esse tipo de análise é fundamental e não nos permite deixar de lado questões que perpassem pelos temas ‘cotas’ e ‘ações afirmativas’. O avanço na legislação educacional, materializada por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) refere-se, não apenas à ajustes em sua redação, em relação à edição anterior, mas a uma maior aplicabilidade da lei, visando responsabilizar gestores públicos que descumprirem ou deixarem de realizar as metas. Essas medidas sinalizam uma mudança positiva, mas, ainda assim, surgem alguns questionamentos referentes ao ensino universitário, tornando necessárias ações futuras que visem solucionar situações-problema como, por exemplo: acesso, permanência e continuidade para além da graduação de populações oriundas das camadas populares.

Na sequência do texto, procuraremos problematizar de maneira mais aprofundada as questões envolvendo as estratégias formativas e metodológicas utilizadas durante a formação dos pesquisadores, assim como a utilização do círculo de cultura enquanto possibilidade pedagógica emancipatória, especialmente ao chamado “círculo de cultura”.

3. CÍRCULO DE CULTURA COMO POSSIBILIDADE FORMATIVA COLETIVA E DIALÓGICA

Baseados na perspectiva freireana, trazemos à tela os chamados Círculos de Cultura, sob os quais estão fundamentados os pilares metodológicos da proposta do Pós-Populares, uma interatividade entre os pesquisadores e as pessoas interessadas no ingresso no universo acadêmico, especialmente, por meio da pós-graduação *strictu sensu* das Universidades públicas, buscamos na historicização de seu processo no Brasil e no Distrito Federal, acerca das tentativas pedagógicas de implementação do mesmo.

Como processo mediador dessa formação, para as relações que fazem parte da aprendizagem dos homens e mulheres, entendeu que o diálogo - a partir da perspectiva freireana - é uma possibilidade pedagógica de grande potencialidade, uma vez que é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro (FREIRE, 1987). Ainda sobre a perspectiva do Círculo de Cultura como método, nos

ilustra Brandão (2017), que o mesmo, possui origens no Movimento de Cultura Popular de Recife, na década de 1960, com as primeiras experiências, a partir da cidade de Recife, Angicos e Mossoró, sendo levado pelo próprio Paulo Freire para a recém-inaugurada capital da esperança.

Depois de haver sido testado em “círculos” na roça e na cidade, no Nordeste, o trabalho com o método foi levado por muitas mãos ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Brasília. Aquele era o tempo da criação dos movimentos populares de cultura (MCP), dos centros de cultura popular do movimento estudantil (CPC), do Movimento de Educação de Base da Igreja Católica (MEB), da campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, da Prefeitura de Natal, entre tantos outros grupos, lugares e equipes onde se misturavam educadores, estudantes, professores, profissionais de outras áreas que, por toda a parte, davam sentidos novos a velhas palavras: educação popular, cultura popular. (BRANDÃO, 2017, p. 14)

Assim, destacamos o diálogo horizontal-circular-dialético-emancipador na perspectiva freireana, como base pedagógica e metodológica da ação, na medida em que este é um exercício de ação-reflexão das ações do sujeito no mundo (consciência), não restrito a uma relação de eu-tu ou de escuta passiva, mas, de alteridade, de compreensão do que desumaniza o homem e a mulher e, sobretudo de tomada de decisão, de transformação de sujeito inconclusos. Muito mais do que receita, o diálogo é um princípio pedagógico que precisa pautar o debate das relações de assimetria e desigualdade entre alunos e alunas da Educação Popular, especialmente aqueles oriundos das periferias urbanas, os quais além de muitas vezes nascidos e criados no ambiente das cidades satélites buscam no magistério um meio de ascensão social, voltando às suas origens quando de suas atuações profissionais vinculados às escolas públicas, especialmente.

Nesse sentido a atuação do grupo de pesquisa se dá no sentido de prospectar entre os participantes dos encontros e debates, para além da catarse necessária diante de problemas e necessidades que se apresentam em suas realidades locais a formação de pesquisadores por meio da elaboração de projetos de pesquisa, que além dos vínculos sociais com a perspectiva emancipatória se adequem às necessidades acadêmicas.

Figura 2: O círculo de cultura



Fonte: Arquivos do Pós-Populares (2017)

185

A relevância maior do programa Pós-Populares – vinculado ao Grupo de Pesquisa Consciência (FE/UnB) está em aproximar a universidade do seu papel social e efetivamente possibilitar o diálogo e a formação conjunta entre estudantes e professores de pós-graduação, apontando alternativas com vistas à verdadeira e efetiva expansão e democratização do acesso à Universidade Pública, em suas dimensões para além da graduação como os programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Considerando que as mesmas foram pensadas e geridas dentro da universidade para a formação intelectual da elite brasileira, tendo como perspectiva epistemológica e política a tentativa do ajuste das assimetrias históricas brasileiras, que dizem respeito ao acesso de sujeitos, especialmente àqueles ligados às graduações e licenciaturas que dialogam com o campo da Educação, é necessária à construção de propostas que busquem a permanente inclusão de pessoas aos cursos de formação de pesquisadores, nos programas de mestrado e doutorado.

Foi e continua sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação que tem como foco o compromisso de ida e volta nas relações pedagógicas de teor político realizado através de um trabalho cultural estendido a sujeitos de classes populares compreendidos não como

beneficiários tardios de um serviço, mas como protagonistas de um processo. (BRANDÃO, 2002, p. 142).

Como continuidade das idéias de Paulo Freire, conforme é demonstrado pela historicidade dos processos sociais, desnaturalizando os espaços e movimentos de luta pela educação como espaços de resistência e permanência, naquele espaço procuramos a conscientização de pessoas, por meio da pesquisa, às quais mesmo possuindo curso universitário completo e atuando nas escolas e comunidades locais, são excluídas no acesso à formação de pesquisadores, sendo alijadas do processo ainda na seleção, quando sem experiência em projetos de pesquisa lhes é apresentada a obrigatoriedade da apresentação de um pré-projeto científico, pautado na lógica positivista-idealista, afastando-se das questões locais e do cotidiano das classes excluídas. Uma filosofia da *práxis* - conforme observamos em Vasquez (1977) - trata-se de uma atividade prática que faz e refaz coisas – e neste sentido apresenta-se, inicialmente em uma atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente, antes de tudo como crítica do senso comum.

Em relação aos números, de modo a trazer materialidade à ação pedagógica coletiva realizada no programa, é importante salientarmos que até o presente momento, oriundas da produção do coletivo Pós-populares, até o segundo semestre de 2019, elencamos: **11** (onze) dissertações de mestrado, que dialogam com temas como: educação em prisões; comunidades ciganas; militarização do espaço escolar, história e memória da Ceilândia e do Paranoá, entre outras, junto aos Programas de Pós Graduação da Faculdade de Educação (PPGE/FE) UnB e Programa de Pós Graduação do IFG (campus Morrinhos); e **04** (quatro) Teses de Doutorado, junto ao PPGE/FE UnB e PPGE/Fe Universidade Federal de Goiás, que também procuram seus objetos de pesquisa a partir de temas de interesse social e popular.

Ainda, sob o pensamento pedagógico crítico, Rêses e Pinel (2017) nos apontam que Brasília apresenta uma elevada oferta de vagas nas Universidades Públicas e Privadas, porém não isso não se reflete, necessariamente, em um ingresso de estudantes egressos das classes populares. Tendo em vista que claramente este cenário é ainda mais dramático no acesso à pós-graduação das populações periféricas – geográfica e culturalmente - é necessária uma *práxis* que procure romper paradigmas temporalmente construídos e constituídos em nossa

sociedade. Apesar de iniciativas no caminho da democratização do ensino superior, como as Políticas de Ações afirmativas, registramos a existência de um sistema de ensino elitista, sobretudo na pós-graduação.

Assim, é possível avaliar que no decorrer deste período o Programa Pós-Populares cumpre o seu papel como possibilidade de acesso à Universidade Pública, especialmente nos cursos de pós-graduação dialogando com os conhecimentos e construindo possibilidades de pesquisa acadêmica de relevante interesse e intervenção social, após as necessárias discussões apresentadas no texto, avançamos para as considerações finais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experiências como o Programa Pós-Populares demonstram que a relação entre a periferia e a Universidade Pública tem sido ao longo da história constituído de forma contraditória e dialética, com avanços e retrocessos. Reconhecemos a necessidade de ampliação dos meios e espaços visando à inclusão de sujeitos e epistemologias populares na produção científico-acadêmica, contribuindo no ingresso e permanência dos sujeitos e pesquisas vinculadas às lutas presentes nas periferias urbanas, nos movimentos populares e na Educação Pública. Acreditamos assim, que ao abriremos esses espaços de debates e diálogos, estaremos dando voz a esses sujeitos historicamente excluídos, e que de alguma forma trará para o espaço acadêmico a realidade política, social e cultural das periferias, muitas vezes silenciadas e invisibilizadas.

Procuramos ao concluirmos nosso debate apresentar, não apenas a defesa pela ampliação física do espaço universitário levando a Universidade Pública às periferias, mas principalmente a inclusão, o diálogo e a emancipação das pessoas que nascem e vivem nas margens urbanas, o seu protagonismo na própria produção científica que as conecta ao mundo em uma perspectiva participativa, coletiva e emancipatória, sem fugir aos problemas de pesquisa que emergem de suas realidades sociais. Argumentamos ainda, no presente texto, no contexto da Educação Popular a perspectiva do diálogo com as pessoas, grupos, unidades sociais, movimentos das classes populares. Ou seja, culturalmente diferentes daqueles até então considerados como: “civilizados”, “acadêmicos”, “eruditos” “legítimos”. Apesar de o

Distrito Federal, apresentar uma elevada oferta de vagas universitárias, concentradas especialmente no Plano Piloto, em contradição, isso não se reflete no ingresso dos estudantes das classes trabalhadoras às oportunidades de estudo reservadas às classes e epistemologias dominantes, este cenário é ainda mais evidente no acesso à pós-graduação dos sujeitos vinculados às perspectivas das epistemologias populares.

Destacamos, por fim, que se faz necessário aprofundamento nos estudos acadêmicos que tenham por objetivo o debate acerca das relações históricas, sociais e políticas que envolvem o discurso e a prática religiosa nos espaços penitenciários, assim como sua relação com o acesso de populações negras e praticantes de religiões de matrizes africanas, indígenas e outras no espaço da prisão, sendo a escola, em nosso sentir, um espaço adequado para o início da discussão sob bases libertadoras e críticas.

REFERÊNCIAS

188

AZEVEDO, L. A.; COAN, M. O ensino profissional no Brasil: Atender “os pobres e desvalidos da sorte” e incluí-los na sociedade de classes – uma ideologia que perpassa os séculos XX e XXI. **Trabalho Necessário**, Niterói/RJ, ano 11, n. 16, 2013.

BRANDÃO, C. R. **A Educação Popular na Escola Cidadã**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. Brasiliense, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – volume I. Trad. Roneide Venâncio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt, v. 9, 2000.

CARVALHO, J. M. Unificação da elite: uma ilha de letrados. In: **A construção da ordem**. Brasília: UnB, 1981.

CHAVES, Vera Lucia Jacob. Expansão da Privatização/Mercantilização do Ensino Superior Brasileiro: A Formação dos Oligopólios. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 481-500, abr.-jun. 2010

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

RESES, Erlando; PINEL, Wallace Roza. Pós-populares, possibilidades de acesso no entorno do DF à Pós-graduação pelo chão da pesquisa. **Anais do Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação, Ensino e Extensão do Campus Anápolis** – UEG, v. 3, n. 1, 2017.

RESES, Erlando; REIS, Renato Hilário dos. Presença e Pegadas de Paulo Freire de Paulo Freire no Distrito Federal: uma primeira aproximação. **Revista Linhas Críticas**, Brasília, n. 37 p. 529-550, 2012.

VASQUEZ, A. S. (1977). **Filosofia da práxis** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra

PASQUINO, Gianfranco. In: **Dicionário de Política** (Org.) por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Tradução de João Ferreira, Carmem C. Varrialle e outros. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

Submetido em: 06/05/2019

Aprovado em: 24/07/2019